

A Constituinte

Um dia de acordos: líderes, xiitas...



A Mesa da Câmara com Sarney: sentimentalismo.

Delfim, Passarinho: o bloco do centro?

OS BLOCOS

Os partidos de
centro se unem para
ação conjunta

Líderes de seis partidos com assento na Assembleia Nacional Constituinte se reuniram ontem de manhã, na sala da comissão de Relações Exteriores da Câmara, depois de distribuir nota de apoio à democracia e ao poder civil" e de repudiar a "pressões decorrentes da própria crise de confiança nos poderes constituintes".

O líder do PDS, Amaral Neto, negou que o encontro representasse a primeira reunião das forças da chamada "centro democrático" da Câmara e do Senado: "Não é bloco nem grupo. Seus partidos se reuniram para externar sua preocupação com a situação nacional."

Quando lhe perguntaram se se tratava de aglutinação da direita, disse que não existe reunião da direita. "Agora, se ser contra a esquerda é ser de direita, eu sou. A maioria dos que estavam lá não é de direita." E terminou indagando: "Por que ser de direita é pejorativo e de esquerda não é?"

Já o líder do PFL, José Lourenço, admitiu que se tratou de "alinhamento das forças liberais, tomando posição para fortalecimento das instituições democráticas. Naturalmente isso terá desdobramento no que faremos na Assembleia Nacional Constituinte".

O Documento

A nota, assinada por líderes de partidos que contam com aproximadamente 200 cadeiras na Assembleia Nacional Constituinte, é a seguinte:

"Os líderes e dirigentes partidários que assinam a presente, em reunião realizada no dia 17 de fevereiro de 1987, decidiram reafirmar que a sua posição, acima de tudo, é de intransigente defesa do regime e dos princípios democráticos, da lei, da

ordem e da prevalência incontrastável do poder civil. As lideranças políticas reafirmam sua solidariedade ao povo brasileiro e a sua angústia diante dos problemas que a todos atingem. O que nos anima é o propósito de colaborar para não permitir que, em hipótese alguma, a elaboração da Constituição possa ser prejudicada pelas consequentes e inevitáveis pressões decorrentes da própria crise de confiança nos poderes constituintes. Que a realidade econômica seja apresentada à Nação. E que as soluções, por mais severas que possam ser, se afirmem com uma plataforma de governo para debate, críticas e sugestões". Assinaram a nota o deputado Maurício Campos, senador Carlos Chiarelli e deputado José Lourenço, presidente e líder do PFL; senador Jarbas Passarinho e deputado Amaral Neto, presidente e líder do PDS; deputado Jorge Coelho de Sá, presidente do PDC; deputado Alvaro Valle e Adolfo de Oliveira, presidente e líder do PL; deputado Arnaldo Faria de Sá, líder do PTB; e senador Antônio Farias (PE) presidente, líder e único parlamentar do PMB.

Discussão

A nota foi imediatamente criticada como "anódina", isto é, sem muita firmeza, pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). Para ele, "que dificulta tudo é a ambiguidade". A seu lado, o presidente em exercício do PFL, Maurício Campos, replicava: "A nota diz tudo".

Mas depois de ler o comunicado, Cardoso Alves insistiu nas críticas: "Por que não se manifestou também contra o câncer, que é um mal terrível? Contra a falta de assistência às crianças defeituosas?" Para o deputado pernambucano, "o que a nota devia dizer era que a Constituição se

encontra em vigor, que para reformá-la são necessários a reunião da Câmara e Senado em Congresso e maioria de dois terços dos votantes, e que não existem os chamados atos constitucionais".

O líder do PDS, Amaral Neto, tentou desculpar-se: "A nota não é somente do PDS e sim de seis partidos, de várias tendências, inclusive o PFL, o segundo de sustentação do governo. É uma média de opinião."

Mais críticas

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, também não gostou na nota. Depois de ler o documento, que lhe foi mostrado pelo senador Ruy Bacellar (PMDB-BA), o ministro comentou:

"Por quê? Para quê?" E acrescentou: "Já que eles reiteram solidariedade ao povo, não seria mais adequado saber se o povo está solidário com eles?"

O senador Bacellar recelou-se muito preocupado com a nota, pois segundo ele, sua divulgação "poderá dar a falsa impressão de que há um golpe em preparação". Perguntado sobre o porquê do apoio do PFL ao documento, coordenado pelo líder do PDS, Amaral Neto, o líder do PFL, José Lourenço, demonstrando irritação com a pergunta, respondeu: "O PFL assina qualquer nota de partidos democráticos".

Voltando à carga, o moderado Roberto Cardoso Alves disse ao líder do PL, Adolfo de Oliveira, um dos signatários, que "não é hora de desafiar o presidente Sarney, um ato de importância do centro".

Ouvindo a discussão, o senador Nélson Carneiro (PMDB-RJ), observou tranquilamente: "Perigosa é a emenda do Ruy Bacellar, estabelecendo eleições presidenciais 120 dias após a promulgação da nova Constituição".

A Assembleia Nacional Constituinte funcionará com nove comissões, sendo uma de sistematização dos trabalhos, e 24 subcomissões, integradas por todos os constituintes. A definição foi aprovada, ontem, durante reunião dos líderes partidários. Sobre a questão da soberania da Constituinte para alterar a atual Constituição, o líder da maioria e do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, informou que o presidente José Sarney o aconselhou a prosseguir nos entendimentos, embora ainda não haja nenhuma definição sobre o assunto.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que ontem esteve no Palácio do Planalto, informou ao presidente José Sarney que pretende promulgar a nova Carta Magna no dia 7 de Setembro, para comemorar a Independência do Brasil. Para isso, visando agilizar os trabalhos, Ulysses explicou que pretende realizar 15 sessões plenárias por semana, negando, contudo, que pretenda convocar sessões todos os sábados e domingos.

Apenas neste final de semana haverá sessões extraordinárias, para se apressar a discussão do projeto de regimento definitivo.

O deputado disse também que as comissões devem ser criadas o mais breve possível, para que as especialidades dos vários constituintes possam ser aproveitadas. As comissões, segundo Ulysses, poderão, depois, trabalhar de manhã e no início da noite, logo após o término das sessões ordinárias, ou seja, das 18h30 ou 19 horas até por volta das 21 horas. Ao final da reunião de líderes partidários que examinou o assunto, o deputado Carlos Sant'Anna informou que cada comissão terá um presidente e um relator indicado pelo primeiro. Conforme o parlamentar, as comissões e subcomissões deverão estar instaladas antes do carnaval, devendo começar a trabalhar no início de março.

A comissão de sistematização dos trabalhos da Constituinte será integrada por todos os presidentes e relatores das demais comissões, enquanto seu relator será escolhido mediante acordo partidário. O parlamentar que exercer essa função será considerado o relator-geral da Constituinte.

Está também praticamente acertado que 30 mil eleitores, perfeitamente identificados, poderão encaminhar emendas à Constituinte, as quais tramitarão como se fossem deputados.

Os líderes partidários definiram os aspectos mais polêmicos do regimento com Ulysses. Os xiitas cedem um pouco na soberania.



sem de autoria parlamentar. Segundo Carlos Sant'Anna, a secretaria da Mesa informou que o TSE teria condições, em 24 horas, de identificar a origem das propostas. Outra idéia aprovada é a de que pelo menos sete sessões das comissões serão dedicadas a audiências com representantes da sociedade civil.

Soberania

Apesar de considerar a Constituição em vigor "danosa", o deputado Ulysses Guimarães não concordou com a tese de se atribuir soberania aos parlamentares constituintes para modificar o atual texto. "Esse assunto está sendo examinado e será objeto de deliberação no próprio regimento interno definitivo", disse, salientando que a Constituinte não precisa autoproclamar-se soberana.

Cerca de 70 deputados "progressistas" do PMDB, os chamados "xiitas", reuniram-se ontem à noite na residência do deputado Virgílio Sena (BA) para discutir uma fórmula intermediária para a proposta de Maurício Ferreira Lima de capacitar a Constituinte a baixar atos constitucionais alterando a Constituição em vigor. Uma hipótese estudada seria a de deixar essa decisão por conta do Congresso, mas isso exigiria maioria de dois terços, difícil de alcançar.

O deputado Carlos Sant'Anna, encarregado pelo presidente Sarney de manter entendimento com esses parlamentares, disse que por enquanto houve acordo apenas em relação ao funcionamento excepcional da Câmara e do Senado durante os trabalhos da Assembleia. Entretanto, Sant'Anna mostrou-se otimista quanto à possibilidade de um consenso: "Eles apenas dese-

jam emitir um ou dois sinais de soberania da Constituinte, concordando em manter, depois disso, a questão suspensa até a promulgação da Carta".

O deputado baiano disse que a tendência do grupo é aceitar um ato de resolução da Mesa da Constituinte revogando os dispositivos constitucionais de decurso de prazo e os referentes às medidas de emergência e ao decreto-lei. Os demais artigos do entulho autoritário, acrescentou, permaneceriam, e só seriam modificados através de emendas via Congresso, que exigem dois terços das duas Casas para aprovação.

A sessão

Ontem, pela primeira vez, houve número mínimo regimental — mais de 94 constituintes — para a abertura da sessão na hora certa, às 14 horas. Em mais um grande "pinga-fogo", de quase três horas, oradores sucederam-se nas tribunas, por cinco minutos cada um, sem apartes, tratando de tudo, desde a permanente questão da soberania da Constituinte até os problemas da economia, passando por assuntos mais específicos, como voto distrital, educação, menores abandonados, agropecuária, controle de natalidade, e chegando a brigas políticas regionais.

Fato que chamou a atenção do plenário, logo no início da sessão, foi a presença do ministro Paulo Brossard, da Justiça. Ele cumprimentou vários constituintes, entre os quais Jarbas Passarinho (PDS-PA), Delfim Neto (PDS-SP) e Fernando Lyra (PMDB-PE), e depois ficou por mais de meia hora sentado numa das últimas fileiras de poltronas, conversando com alguns parlamentares.

Alternativa

O relator das emendas ao regimento da Constituinte, Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, está estudando a possibilidade de utilização do tempo de dez minutos diários de que dispõe o governo federal, para propaganda institucional nas rádios e nas televisões, como espaço para a divulgação das atividades da Assembleia, evitando assim pressões e polêmicas com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Com essa medida, Fernando Henrique Cardoso conseguirá, também, um ponto de acordo para evitar as pressões dos constituintes, que chegaram a apresentar 78 emendas sobre a divulgação dos atos da Constituinte nos meios de comunicação.



Lyra e Brossard: animada conversa no plenário.

E logo a esquerda se alvoroça, formando seu bloco de resistência.

Como se previa, os chamados "progressistas" do PMDB, com o apoio do PCB, PT, PDT, PSB e PC do B, reagiram à iniciativa dos partidos de centro — que ontem realizaram sua primeira reunião — e já decidiram formar um outro grupo. Um dos primeiros itens da pauta dos parlamentares de esquerda é a defesa da soberania da Constituinte.

Ontem à tarde, articularam a formação do bloco progressista os constituintes Roberto Freire (PE) e Augusto Carvalho (DF), do PDT; José Góes e Plínio de Arruda Sampaio, do PT; Jamil Haddad, do PSB; Aldo Arantes (GO) e Eduardo Bonfim

(AL), do PC do B; e, ainda, Sigmar Seixas (DF), do PMDB, dos mais ligados ao deputado Fernando Lyra, ex-ministro da Justiça.

Na conversa surgiu uma questão extra-soberania da Constituinte: o PC do B, por intermédio de Aldo Arantes, defendeu a emenda estabelecendo que só poderia atuar como bancada partidária a legenda com pelo menos cinco representantes. Explica-se: o PC do B, que elegeu três deputados, ganhou na semana passada a adesão de outros dois — Aldo Arantes e Eduardo Bonfim, que deixaram o PMDB.

Roberto Freire, líder do PCB, com três constituintes, reagiu, com sarcasmo: "Os três do partido fo-

ram eleitos vestindo a camisa do PCB. Não fomos eleitos por outras legendas". Aldo Arantes não gostou da crítica do líder do PCB, mas acabou recuando da proposta.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PS), um dos líderes do grupo moderado do PMDB, anunciou que fará um levantamento, no seu partido, dos moderados e não-xiitas. Ele disse a outro moderado, Expedito Machado (CE), que, numa primeira avaliação, o grupo atingiria de 140 a 150 deputados, pelo menos, no total de 256.

"Vamos precisar nos unir" — disse Cardoso Alves. E Machado concordou: "É claro. E não vai demorar muito".